

**OS CONTRATOS DE BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS**  
**FABIANE MARISA SALVAJOLI GUILHERME**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGROAMBIENTAL  
NÍVEL MESTRADO**

**FABIANE MARISA SALVAJOLI GUILHERME**

**OS CONTRATOS DE BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS**

**CUIABÁ  
2016**

FABIANE MARISA SALVAJOLI GUILHERME

**CONTRATOS DE BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS**

Dissertação parcial, apresentada a título de Exame de Qualificação, ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Agroambiental, na área de Direito Ambiental, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Prado de Albuquerque

CUIABÁ  
2016

FABIANE MARISA SALVAJOLI GUILHERME

**CONTRATOS DE BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS**

Dissertação parcial, apresentada a título de Exame de Qualificação, ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Agroambiental, na área de Direito Ambiental, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

- (A) Aprovado
- (B) Aprovado com restrição
- (C) Reprovado

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Professor Doutor Marcos Prado de Albuquerque  
Membro Presidente

Professor Doutor \_\_\_\_\_  
Membro Interno – UFMT

Professor Doutor \_\_\_\_\_  
Membro Interno - UFMT

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	04
<b>1 BIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE BIOLÓGICA</b> .....	07
1.1 DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA .....	11
<b>1.1.1 Características gerais da CDB</b> .....	15
1.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SEUS CONHECIMENTOS.....	18
<b>2 O NOVO MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE: A REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS E A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS</b> ....	22
2.1 A EXPLORAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A EVOLUÇÃO DA BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL .....	22
2.2 A REGULAMENTAÇÃO DA BIOPROSPECÇÃO NO BRASIL - LEI Nº 13.123/2015.....	28
<b>2.2.1 As fragilidades da Medida Provisória nº 2.186-16/2001</b> .....	30
<b>2.2.2 Mudanças relativas ao acesso aos recursos genéticos e a repartição de benefícios sob a ótica da Nova Lei de Biodiversidade</b> .....	34
<b>3 OS CONTRATOS DE BIOPROSPECÇÃO OU CONTRATOS PARA A UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS: REALIDADE OU FICÇÃO?</b> .....	36
3.1 FUNÇÃO DOS CONTRATOS: CONTRATOS COMO CONCEITOS JURÍDICOS X CONTRATOS COMO OPERAÇÃO ECONÔMICA.....	37
3.2 CONTRATOS AMBIENTAIS NO BRASIL.....	38
<b>3.2.1 Contratos de bioprospecção</b> .....	41
<b>3.2.2 Formas e frequências dos contratos para a utilização do patrimônio genético e a repartição de benefícios na MP 2.186-16/2001</b> .....	X
<b>3.2.3 O direito de propriedade intelectual inserido no contexto</b> .....	X
<b>3.2.4 A repartição justa e equitativa dos conhecimentos tradicionais</b> .....	X
3.3 O ATUAL ACORDO DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS .....	X
<b>4 IMPLICAÇÕES JURÍDICAS AMBIENTAIS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE BIOPROSPECÇÃO</b> .....	X
3.1 O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO .....	X
3.2 O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO .....	X
<b>CONCLUSÃO</b> .....	X
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	